



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008043-82.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Seguro**
 Exequente: **Julio Cesar Moreira e outro**
 Executado: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

JULIO CESAR MOREIRA e **SOLANGE VASCO DA SILVA** apresentaram pedido de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** contra o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.**, pleiteando o pagamento, pelo executado, da quantia de R\$ 54.672,81 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e um centavos), tendo em vista a sentença que condenou o último ao pagamento da indenização securitária em benefício dos demandantes.

O banco executado apresentou impugnação, alegando inexigibilidade do título executivo judicial, vez que o *decisum* proferido determinou a apuração dos valores por liquidação e os exequentes estão executando um valor baseado em um orçamento que eles próprios apresentaram na ação principal e que sequer foi contemplado na sentença.

É o relatório.

DECIDO.

Desnecessária a produção de outras provas.

Trata-se de pedido de cumprimento de sentença, no qual os credores, invocando o art. 509, § 2º, do CPC, executam o valor que entendem devido, cuja apuração declaram depender apenas de cálculo aritmético.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Registre-se, por primeiro, que a via eleita pelos exequentes é inadequada.

Com efeito, consta, na sentença proferida na ação cognitiva, a condenação do executado ao pagamento da indenização securitária, cuja quantia, no entanto, foi ilíquida, razão pela qual determinou-se que o valor correspondente fosse apurado em liquidação por arbitramento, em conformidade com a regra do art. 509, I, do CPC, *in verbis*:

"Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor:

I - por arbitramento, quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação;"

Portanto, conforme determinado na mencionada sentença, a liquidação por arbitramento seria a via processual adequada para apuração do valor devido pelo executado, e não o cumprimento de sentença, na observação, ainda, de que a situação em apreço não se subsume à hipótese prevista no § 2º do referido artigo, como abaixo se verá com maior propriedade.

Nestas condições, prospera a alegação do executado quanto à inexigibilidade do título executivo apresentado.

Isto porque, além da iliquidez do valor da condenação, expressamente reconhecida, conforme acima pontuado, é certo que o orçamento anexado na inicial, e do qual os exequentes se utilizaram para formar a base de cálculo do *quantum* buscado, não foi sequer reconhecido pela sentença condenatória.

Logo, a pretensão executiva dos credores padece de pressuposto essencial, que é a prévia liquidação do julgado, para que seja fixado o exato valor devido pela parte vencida, sem o que é impossível apurar-se o montante da condenação de pagar quantia certa.

Em precedente similar, ora invocado como razão de decidir, assim se estabeleceu:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(...) "Em suas razões recursais, sustentam os agravantes, em síntese, que não há necessidade de liquidação de sentença, e sim apenas de apresentação dos informes pela agravada dos atrasados que as agravantes fazem jus, respeitando-se a prescrição quinquenal. Nestes termos, bate pelo provimento do recurso.

...

Nestes termos, verifica-se que a coisa julgada consistiu no reconhecimento do direito (an debeatur), mas sem cogitar, imediatamente, do quantum debeatur, cuja apuração foi relegada à Execução. Ou seja, o acórdão não acolheu o índice indicado pelos autores na inicial e utilizado no cálculo de liquidação, mas estabeleceu, expressamente, que o índice correto deverá ser apurado em execução, observando que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos vencimentos da servidora em URV.

Assim, o título executivo não apresenta a necessária liquidez para ensejar o pronto comando de reajuste ou para logo deflagrar a execução por quantia pelas diferenças, aparelhada em simples memória de cálculo apresentada pela credora. " (TJSP; Agravo de Instrumento 2142662-26.2018.8.26.0000; Relator (a): Ana Liarte; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 2ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 10/09/2018; Data de Registro: 13/09/2018)

Assim, o pedido inicial dos exequentes não pode ser acolhido.

Isso posto, **JULGO EXTINTO** este pedido de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, apresentado por **JULIO CESAR MOREIRA** e **SOLANGE VASCO DA SILVA** contra **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.**, em razão da carência de ação, por falta de interesse processual (modalidade: adequação), o que faço com fundamento no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Sucumbentes, responderão os exequentes pelas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa, atualizado.

P.R.I.

Araraquara, 26 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**